

nesta edição

2

A crise e os riscos do protecionismo

6

Conjuntura: comércio exterior sofre os efeitos da crise

8

Cai a participação da América do Sul nas exportações brasileiras

10

Declarações políticas dominam reunião de chefes de Estado na Bahia

A crise financeira e o comércio internacional

Já são evidentes os efeitos da crise financeira sobre o comércio. Para 2009, estima-se uma contração de pelo menos 4% do comércio internacional. Em resposta a essa evolução desfavorável, os países têm sinalizado com medidas protecionistas ou com a implementação de políticas que podem muitas vezes ferir seus compromissos internacionais, como os acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A OMC estima que pelo menos 20 países adotaram medidas de proteção comercial como resposta aos efeitos da crise global sobre as suas economias. Os EUA e países europeus recorrem a instrumentos poderosos de financiamento para apoiar e subsidiar as empresas nacionais. O recrudescimento do protecionismo coloca em risco não somente o crescimento do comércio mundial como também a confiança no sistema multilateral e na capacidade de a OMC de promover um ambiente mais favorável para as trocas comerciais.

Estas tendências, além de reduzir drasticamente as já pequenas chances de conclusão da Rodada Doha, podem reverter, em diferentes países, movimentos de liberalização que desempenharam papel central no crescimento dos fluxos comerciais e de investimentos ao longo das últimas décadas.

Brasil perde *market share* na América do Sul

As vendas do Brasil para América do Sul em 2008 cresceram 20%, em relação a 2007, enquanto as exportações do País para o resto do mundo cresceram 23%. Mesmo no último trimestre do ano, após a crise financeira, foi registrado desempenho mais baixo das exportações do Brasil com os países da América do Sul.

Desde 2005 a participação brasileira nas compras externas da região vem caindo. Essa queda se deve, em grande medida, às perdas observadas de market-share na Argentina e tem como origem a maior competição com produtos chineses que os produtores brasileiros estão enfrentando nesse país.

Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento

A CALC pede suspensão do bloqueio norte-americano contra Cuba, a UNASUL cria o Conselho de Defesa e o MERCOSUL institui o Fundo de Garantias e assina o Acordo de Preferências com SACU. Três importantes assuntos para o avanço do Mercosul continuam pendentes.

Página 10

...

México implementa ampla reforma tarifária

A reforma compreende a eliminação ou redução de cerca de 70% dos mais de 12 mil itens do universo tarifário mexicano. A Coalizão Empresarial Brasileira, coordenada pela CNI, deverá avaliar o impacto da reforma sobre as negociações Brasil-México.

Página 12

A CRISE E OS RISCOS DO PROTECCIONISMO

A OMC estima que mais de 20 países adotaram medidas de proteção comercial como resposta aos efeitos da crise global sobre as suas economias. Um número provavelmente maior de países implementou políticas de apoio às empresas nacionais que embutem um componente de subsídio potencialmente questionável segundo as regras da OMC. As respostas unilaterais de política comercial (e industrial) à crise geram sérias preocupações em relação ao futuro do comércio mundial e ao sistema multilateral de regras comerciais. A perspectiva de recrudescimento do proteccionismo ganha contornos mais nítidos na medida em que a crise atinge em cheio o funcionamento da economia real.

Os efeitos da crise sobre os fluxos de comércio são previsíveis, embora ainda difíceis de quantificar. A OMC tem revisado, sempre para pior, as suas projeções para o desempenho do comércio mundial. Em sua última versão, o organismo multilateral estimava em 4% a contração do comércio internacional em 2009. É certo que os fluxos comerciais registrarão uma forte redução no ano que se inicia: a significativa queda da demanda nos países desenvolvidos e a retração do crédito às exportações em todo o mundo se encarregarão de produzir esse resultado.

A incerteza maior na área comercial diz respeito às respostas que os países darão para enfrentar a crise e aos impactos das medidas adotadas sobre os fluxos de comércio e sobre as relações económicas internacionais.

COMPROMISSO INTERNACIONAL Essa preocupação orienta a decisão da OMC de monitorar de perto as tendências do comércio mundial e das políticas comerciais nacionais para detectar os riscos de difusão de medidas protecionistas. Ela também esteve presente na reunião do G-20, realizada em Washington, em novembro passado. O comunicado final do grupo reafirmou o compromisso dos signatários com um sistema de comércio global aberto e enfatizou a “importância crítica” de rejeitar o proteccionismo. Indo além, o parágrafo 13 do comunicado afirma que os países signatários evitarão, nos 12 meses

seguintes à reunião, “levantar novas barreiras ao investimento e ao comércio de bens e serviços, impor novas restrições às exportações ou implementar medidas inconsistentes com as regras da OMC para estimular as exportações”.

O primeiro teste para avaliar a eficácia dos compromissos assumidos pelos membros do G-20 foi a tentativa de fazer, em dezembro, uma mini-Ministerial para tentar concluir a Rodada

Doha. O comunicado do G-20 tinha a ambição de promover, ainda em 2008, um acordo sobre modalidades que levasse à conclusão da Rodada. Como se sabe, não foi sequer possível realizar a reunião ministerial, apesar dos esforços do diretor-geral da OMC e de alguns ministros de países relevantes na negociação, como o Brasil.

Esse primeiro teste terminou em fracasso, o que não chega a surpreender aqueles que acompanham, há mais de sete anos, os percalços da Rodada Doha. Mais preocupante, do ponto de vista do respeito

às regras multilaterais, tem sido a proliferação, em países desenvolvidos e em desenvolvimento, de medidas nacionais voltadas para mitigar os impactos negativos da crise mundial sobre as exportações e os níveis de atividade económica.

Nesse cenário, há fundadas razões para temer o crescimento do proteccionismo. A referência histórica é a experiência dos anos 30. Os desastrosos resultados – económicos e políticos – das respostas protecionistas dadas pelas principais economias à crise são conhecidos. No caso atual, há duas características do período imediatamente anterior à eclosão da crise que tornam ainda maiores os riscos de generalização do proteccionismo.

EXCESSO DE OFERTA E DEMANDA A primeira refere-se ao fato de que o período de crescimento por que passou a economia mundial antes da crise baseava-se naquilo que Martin Wolf, do Financial Times, denominou recentemente “a maligna interação entre a propensão de alguns países a praticar um excesso crónico de oferta e a propensão contrária

● **O ressurgimento de guerras comerciais como decorrência da retração da demanda e das reações de política dos governos ao quadro de crise é uma hipótese bastante plausível** ●

● crise financeira

APOIO EM WASHINGTON, REGRAS EM BRUXELAS

O apoio de Washington às montadoras de Detroit é o exemplo mais notório de política de socorro a empresas não financeiras em dificuldades adotada por governos de diferentes países a partir da eclosão da crise. As condições financeiras do apoio são bem mais favoráveis do que aquelas que as empresas poderiam obter nos mercados privados, o que gerou bastante controvérsia nos meios políticos da capital norte-americana e também entre especialistas em comércio.

Estes alertaram para o risco de a medida ser contestada por outros países na OMC. No entanto, na situação atualmente vigente, em que os impactos da crise ainda estão vindo à tona e os governos reagem de forma mais ou menos desordenada para apoiar as suas empresas, é pouco provável que a medida adotada por Washington seja formalmente contestada.

Na Europa, as medidas nacionais também se multiplicaram e a Comissão Europeia – responsável pelas políticas de comércio e de concorrência do bloco – flexibilizou temporariamente as regras para a concessão de ajudas de Estado, bastante rígidas em condições econômicas normais¹. A Comissão reconheceu a excepcionalidade da atual situação e admitiu certas formas de apoio estatais que pretendem garantir o acesso das empresas a fontes de financiamento e incentivá-las a investir em tecnologias e produtos de baixa intensidade de carbono. Ao fazê-lo, a Comissão também procura ordenar e limitar, em termos qualitativos e quantitativos, as respostas nacionais de apoio às suas empresas, evitando que as intervenções públicas distorçam a competição entre os Estados-membros da UE e incentivando-as a buscar objetivos de longo prazo, como o desenvolvimento sustentável.

Foi assim elevado o valor mínimo para que uma ajuda de Estado possa ser questionada pela Comissão e foram flexibilizadas (mas dentro de limites precisamente definidos) regras para a concessão de ajuda por meio de garantias e de subsídio a taxas de juros. Essas regras tornam-se ainda mais favoráveis se as garantias ou os financiamentos se destinarem a viabilizar a produção de bens “verdes”.

¹ European Commission – Temporary Community framework for State aid measures to support Access to finance in the current financial and economic crisis (2009/C 16/01) – Official Journal of the European Union, 22/1/2009.

de outros países a um excesso de demanda”¹. A China é o exemplo clássico do primeiro tipo de economia, enquanto os EUA são o ícone do segundo tipo. O crédito abundante sustentava o excesso de demanda nos países deficitários, mas esse mecanismo “derreteu” a partir de setembro.

A drástica queda da demanda de países deficitários pode levar os superavitários a apoiar suas exportações com subsídios para escoar sua oferta, enquanto os primeiros países tentam proteger-se com a imposição de barreiras às importações. Nesse cenário, o ressurgimento

de guerras comerciais como decorrência da retração da demanda e das reações de política dos governos ao quadro de crise é uma hipótese bastante plausível.

CLIMA DESFAVORÁVEL A LIBERALIZAÇÃO

A segunda característica tem a ver com o ambiente político que cercava o comércio mundial antes do agravamento da crise, bastante refratário às políticas liberais. Enquanto nos anos noventa, prevaleceu, tanto nos países do Norte quanto naqueles do Sul, um quadro favorável ao crescimento dos fluxos de comércio e pouco propício à expansão de iniciativas protecionistas, na corrente década, em contraste, o apoio

●

Na corrente década, o apoio político aos objetivos de liberalização comercial reduziu-se fortemente

●

¹ Wolf, Martin – Obama precisa sanar economia mundial, in Valor Econômico, 21 de janeiro de 2009.

² Warwick Commission, The (2007) – The multilateral trade regime: which way forward? The University of Warwick

BUY AMERICAN: POLÊMICA SOBRE AS CONDIÇÕES PARA UTILIZAÇÃO DO PACOTE

Na última semana a Câmara dos Representantes dos EUA finalmente aprovou o famoso pacote de estímulo econômico de US\$ 819 bilhões de dólares. O valor previsto do pacote não gerou tanta surpresa como a disposição "Buy American" que foi incorporada a esse projeto. Esse instrumento condiciona a utilização dos recursos disponibilizados pelo Governo em obras e construções públicas – portos, aeroportos, pontes, canais e outras obras listadas no "Buy America Act" - à compra de bens (aço, ferro e outros manufaturados) produzidos nos EUA.

A medida tem causado muita polêmica não somente entre os principais parceiros comerciais dos EUA como também no próprio setor privado norte americano. Quinze das mais importantes associações do setor privado defendem, em carta aos parlamentares, a importância de qualquer pacote de socorro à economia não incluir disposições restritivas ao comércio. Dentre os principais riscos e consequências da nova disposição, apontados pelo setor privado americano, são ressaltados seus possíveis impactos negativos sobre o comércio internacional, bem como os riscos de as disposições violarem os compromissos internacionais dos EUA nos acordos da OMC, além de estimularem o

Quinze das mais importantes associações do setor privado defendem a importância de qualquer pacote de socorro à economia não incluir disposições restritivas ao comércio

protecionismo em mercados externos que são de interesse das empresas americanas. O comunicado alerta igualmente para o fato de que a medida desrespeita a Declaração Conjunta do G-20, assinada em novembro nos Estados Unidos, comprometendo o papel de liderança internacional do país no enfrentamento da crise.

Após o surgimento da polêmica, o Presidente Obama sinalizou posição contrária à medida dizendo que "seria um erro incluir [no pacote econômico] disposições que violarão os acordos da OMC e que sinalizam protecionismo".

Como resposta às reações negativas nos planos doméstico e internacional, a disposição foi alterada para adaptar-se aos compromissos assumidos pelos EUA nos planos multilateral e preferencial. Assim, as compras de ferro, aço e outros manufaturados no âmbito dos programas de obras e construções públicas não poderão discriminar contra países signatários do Acordo de Compras Governamentais da OMC - assinado majoritariamente por países desenvolvidos – e contra países que tenham acordos comerciais com os EUA (tais acordos incluem um capítulo relativo a compras governamentais).

político aos objetivos de liberalização comercial reduziu-se fortemente.

De acordo com o relatório da The Warwick Commission sobre o sistema multilateral de comércio², "há hoje (nos países desenvolvidos) um apoio crescente para a visão de que a divisão do trabalho gerada pelo crescimento econômico dos principais países em desenvolvimento, como a China e a Índia, está tendo consequências negativas para as principais economias, especialmente os EUA e a União Europeia". Nos países em desenvolvimento com maior peso nas negocia-

ções comerciais, a ênfase na liberalização comercial reduziu-se em nome da adoção de "agendas de desenvolvimento".

ENXUGAMENTO DA AGENDA NEGOCIADORA A reversão do processo de expansão da agenda temática de negociações comerciais, patente ao longo da Rodada Doha da OMC, e o fracasso das negociações da ALCA são exemplos eloquentes de tendências que ganham força nesse novo ambiente. Nele, as agendas domésticas ou paroquiais adquiriram maior importância, os

● crise financeira

custos da liberalização passaram a ser percebidos como importantes e crescentes e os consensos domésticos e internacionais pró-liberalização perderam solidez. Gradualmente o nacionalismo econômico voltou à cena, em países em desenvolvimento e em países desenvolvidos, onde coloca em questão até mesmo o mais antigo e sofisticado esquema de integração regional, a União Europeia.

Era esse, portanto, o ambiente prevalecente, na área das políticas e das negociações comerciais, no período em que irrompe a crise econômica e seus efeitos começam a se disseminar em todo o mundo. Num clima de aversão à liberalização, os custos políticos, para os governos, da adoção de medidas de proteção ou de concessão de subsídios a empresas nacionais tendem a ser bastante reduzidos, especialmente em uma situação de grave crise econômica, desemprego, falência de empresas, etc.

A OMC E A CRISE Diante das ameaças que pairam sobre o sistema de comércio mundial e frente à frustração de expectativas geradas pelo não cumprimento da meta estabelecida pelo G-20 para a Rodada Doha, a OMC optou por monitorar de perto o comércio mundial e diversos analistas vêm apresentando propostas para restabelecer a credibilidade do multilateralismo.

De maneira geral, as propostas apresentadas vão no sentido de estabelecer mecanismos e compromissos multilaterais

que dificultem o recurso, pelos países-membros da OMC, a novas medidas de proteção e de apoio subsidiado às empresas nacionais e às exportações – ou seja, algo que assegure a implementação da decisão expressa no parágrafo 13 do comunicado do G-20.

Como a OMC já tem uma série de instrumentos para cumprir tais funções, os objetivos dessas propostas são de duas ordens. De um lado, exercer alguma pressão sobre os países que aplicam tarifas inferiores aos níveis consolidados na OMC e que poderiam ser tentados a elevar as tarifas aplicadas, sem ferir seus compromissos multilaterais. De outro, aumentar a capacidade da OMC para identificar medidas de proteção ou novos tipos de subsídios, especificamente concebidos para “escapar” das disciplinas dos acordos em vigor.

As probabilidades de que tais propostas sejam adotadas são inquestionavelmente baixas em uma conjuntura de crise aguda e de intensa pressão política, em todos os países, para a implementação de medidas de defesa e apoio às empresas nacionais. Para o futuro do comércio mundial e do sistema multilateral, as melhores notícias viriam de um ajuste econômico coordenado no plano internacional entre economias desenvolvidas e emergentes, que garantisse uma recuperação gradual, mas sólida, da demanda, e espantasse o fantasma do protecionismo e das guerras comerciais.

●

Os custos políticos, para os governos, da adoção de medidas de proteção ou de concessão de subsídios a empresas nacionais tendem a ser bastante reduzidos

●

Saldo Comercial

A balança comercial brasileira apresentou um superávit de US\$ 24,7 bilhões no ano de 2008, o que representou uma queda de cerca de 38% em relação ao saldo acumulado em 2007. Ao longo de todo o ano passado, os superávits comerciais mensais foram inferiores aos observados em 2007, com exceção dos meses de maio e julho. Considerando os saldos acumulados em 12 meses, observa-se uma trajetória de queda, que foi mais acentuada no início do ano e voltou a acelerar-se a partir de setembro. No começo de 2009, a deterioração das contas externas aprofundou-se: até a quarta semana de janeiro, a balança comercial brasileira já acumulava um déficit de US\$ 645 milhões.

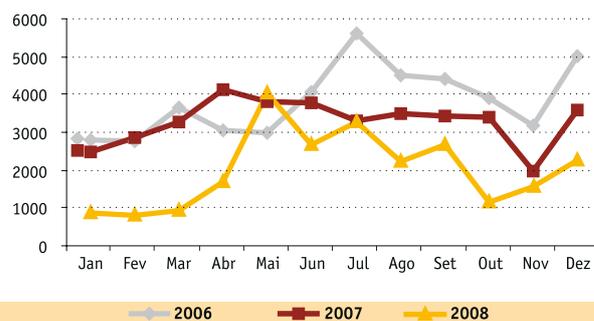
Exportações e Importações

Os fluxos de exportações e importações sofreram, a partir de setembro de 2008, os efeitos da crise financeira internacional. Embora as taxas de crescimento de ambos os fluxos tenham diminuído, as importações continuaram a aumentar em ritmo significativamente superior ao das exportações. No ano passado, as exportações acumularam uma taxa de crescimento de 21,2%, enquanto as importações aumentaram 43,6%. Até a quarta semana de janeiro, as exportações apresentavam queda de 21,8% em relação a igual período do ano anterior, enquanto para as importações a redução registrada era de 8,8%, indicando uma tendência de aprofundamento do déficit comercial.

Preços e Volume das Exportações

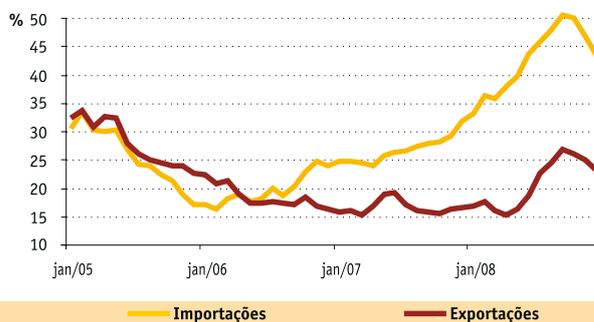
Os efeitos da crise econômica internacional fizeram-se sentir com maior intensidade sobre as quantidades exportadas pelo Brasil do que sobre os preços médios dos produtos exportados. As quantidades exportadas já vinham mostrando comportamento instável ao longo de 2008 – após uma ligeira recuperação nos indicadores mensais de quantidade em meados do ano, as taxas de crescimento anuais tornaram-se negativas a partir de outubro. Já os indicadores de preços apresentaram trajetória de alta sustentada até agosto. A partir de então, os números mensais passaram a exibir quedas, embora as taxas de crescimento em 12 meses ainda se tenham mantido elevadas até o fim do ano.

SALDO COMERCIAL
VALORES MENSAIS- US\$ FOB



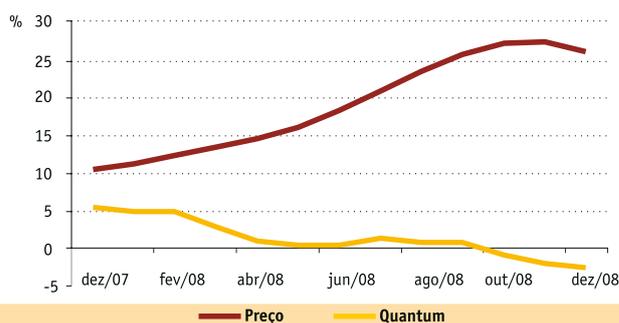
Fonte: FUNCEX

EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
TAXA DE CRESCIMENTO DO ACUMULADO EM 12 MESES
COM RELAÇÃO AO MESMO MÊS DO ANO ANTERIOR



Fonte: FUNCEX

PREÇO E QUANTUM DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADO EM 12 MESES
COM RELAÇÃO AO MESMO MÊS DO ANO ANTERIOR



Fonte: FUNCEX

Exportações brasileiras por blocos de destino

Embora os Estados Unidos continuem sendo o principal destino individual das exportações brasileiras, sua participação no total das vendas externas do Brasil caiu de 15,8% em 2007 para 14% em 2008. A União Europeia também apresentou declínio de 1,8 ponto percentual na pauta de exportações brasileiras. A perda de participação dos países desenvolvidos foi compensada pelo ganho de importância da Ásia, que passou a ser o destino de 18,9% do total das vendas externas do Brasil, em comparação com a participação de 15,8% registrada no ano anterior. O expressivo aumento dos preços das commodities exportadas pelo país para a Ásia contribuiu para esse resultado.

Exportações e importações por grupos de produtos

Com a contribuição da elevação dos preços das commodities, os produtos básicos ganharam espaço na pauta de exportações brasileiras, tendo sido responsáveis por 36,9% do total das vendas em 2008 – um aumento de 4,8 pontos percentuais em relação a 2007. Como contrapartida, a participação dos produtos manufaturados encolheu 5,5 pontos percentuais, passando a representar 46,8% do total. Já na composição das importações, a única alteração perceptível foi o crescimento da participação dos combustíveis e lubrificantes, refletindo a subida das cotações internacionais desta categoria de produtos até o terceiro trimestre do ano.

Taxa de câmbio real

A tendência de forte apreciação da taxa de câmbio real da moeda brasileira foi revertida a partir do agravamento da crise financeira internacional em setembro de 2008. A taxa de câmbio da moeda brasileira em relação ao dólar norte-americano, em termos reais, sofreu uma desvalorização de 24,7% entre agosto e dezembro de 2008. Tomando o mês de dezembro de 2007 como base de comparação, a desvalorização real do câmbio foi de 15,6%. Considerando uma cesta de moedas dos 13 principais parceiros comerciais do Brasil, a desvalorização cambial real foi ainda mais acentuada: 27,9% entre agosto e dezembro, refletindo a valorização do dólar frente às demais moedas.

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA

Principais blocos econômicos Janeiro/dezembro - 2008/2007 - US\$ milhões FOB

Blocos	janeiro - dezembro		Var. (%) 2008/07 p/média diária	Part %	
	2008	2007		2008	2007
União Européia	46.393	40.428	13,4	23,4	25,2
Aladi	51.198	41.809	21,0	25,9	26,0
- Mercosul	21.734	17.354	23,8	11,0	10,8
- Argentina	17.601	14.417	20,6	8,9	9,0
- Demais Aladi	29.464	24.455	19,1	14,9	15,2
Ásia	37.442	25.086	47,5	18,9	15,6
- China	16.403	10.749	50,8	8,3	6,7
EUA ¹	27.648	25.314	7,9	14,0	15,8
África	10.169	8.578	17,1	5,1	5,3
Oriente Médio	8.055	6.399	24,4	4,1	4,0
Europa Oriental	5.580	4.309	28,0	2,8	2,7
Demais	11.457	8.720	30,7	5,8	5,4
Total	197.942	160.649	21,8	100,0	100,0

Fonte: MDIC/Secex - (1) Inclui Porto Rico

EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES

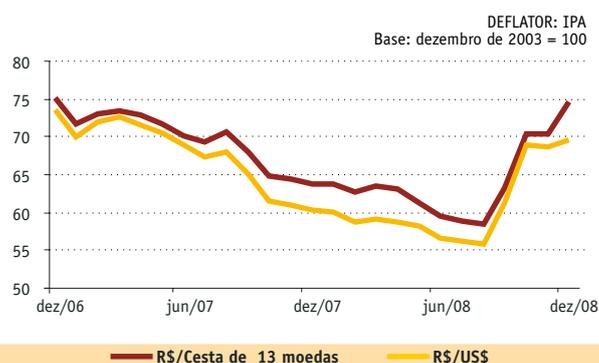
Fator agregado

Discriminação	janeiro - dezembro / 2008		janeiro - dezembro / 2007		Var. (%)*
	Valor (A)	Part.%	Valor (B)	Part.%	
Exportações	197.942	100,0	160.649	100,0	27,3
Básicos	73.028	36,9	51.596	32,1	39,9
Industrializados	119.755	60,5	105.743	65,8	11,9
Semimanufaturados	27.073	13,7	21.800	13,6	22,7
Manufaturados	92.682	46,8	83.943	52,3	9,1
Operações especiais	5.159	2,6	3.310	2,1	54,0
Importações	173.207	100,0	120.617	100,0	52,1
Mat. prima e prod. interm.	83.295	48,1	59.405	49,3	38,8
Comb. e lubrificantes	31.466	18,2	20.068	16,6	54,9
Bens de capital	35.927	20,7	25.120	20,8	41,3
Bens de consumo	22.519	13,0	16.024	13,3	38,9
Não-duráveis	9.810	5,7	7.774	6,4	24,7
Duráveis	12.709	7,3	8.250	6,8	52,2

* Variação pela média diária. Fonte: MDIC/Secex

ÍNDICE DA TAXA DE CÂMBIO REAL

CESTA DE 13 MOEDAS e ESTADOS UNIDOS



Fonte: FUNCEX

Cai a participação da América do Sul nas exportações brasileiras

As exportações para a América do Sul perderam participação no comércio exterior brasileiro em 2008. No ano passado, as vendas brasileiras para a região cresceram 20% contra 23% para o mundo.

Embora as vendas para a Argentina – de longe o principal mercado da região – tenham crescido 22% em 2008, o desempenho das exportações brasileiras para a Venezuela e o Chile (respectivamente o segundo e terceiro países com maior participação nas exportações brasileiras para a América do Sul) foi medíocre no ano passado. Mas o pior resultado foi registrado nas exportações para a Colômbia, que caíram 2% em 2008.

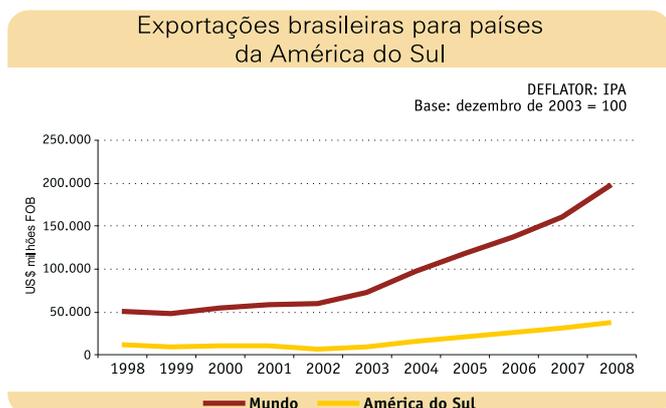
MÉXICO DECEPCIONA Mais decepcionantes têm sido as exportações brasileiras para o México: após apresentarem queda de 4% em 2007 em relação a 2006, as vendas brasileiras para esse país mantiveram-se estáveis em 2008. O México, que chegou a responder por mais de 4% do total das exportações brasileiras em 2004, em 2008 foi o destino de apenas 2,2% das vendas totais.

No último trimestre do ano passado o desempenho das vendas para os países sul-americanos foi pior do que o registrado para o total do mundo

OS IMPACTOS DA CRISE A crise financeira internacional atingiu fortemente as exportações brasileiras no último trimestre do ano passado, mas o desempenho das vendas para os países sul-americanos foi pior do que o registrado para o total do mundo. Enquanto o valor total das exportações cresceu 7% no quarto trimestre de 2008, comparado com igual período de 2007, as vendas para a América do Sul aumentaram apenas 2% – sendo que para a Argentina apresentaram queda de 6% – e para o México caíram 13%.

Os problemas com as vendas brasileiras para a região não foram apenas decorrentes da crise internacional: desde o segundo trimestre de 2008, as exportações brasileiras para a América do Sul crescem sistematicamente abaixo do total. A maior diferença entre os desempenhos regional e global foi registrada no segundo trimestre do ano passado.

BRASIL PERDE MARKET-SHARE O Brasil é um fornecedor importante para os países que são membros plenos do MERCOSUL e



Fonte: Fonte: Elaborado a partir das informações do MDIC

TABELA 1: EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS Impacto da crise

Países	Var. % sobre igual período - 2008/2007			
	I Trim.	II Trim.	III Trim.	IV Trim.
América do Sul	20%	30%	30%	2%
Argentina	38%	34%	29%	-6%
Bolívia	15%	33%	55%	30%
Chile	-10%	31%	21%	10%
Colômbia	-15%	10%	12%	-14%
Equador	3%	36%	75%	24%
Guiana	-2%	4%	55%	4%
Paraguai	66%	54%	74%	18%
Suriname	30%	43%	25%	15%
Peru	36%	39%	52%	29%
Uruguai	20%	37%	39%	12%
Venezuela	5%	12%	18%	1%
México	-3%	6%	12%	-13%
Mundo	14%	32%	39%	7%

Fonte: Fonte: Elaborado a partir das informações do MDIC

● América do Sul

Tabela 2: O Brasil na América do Sul e no México

%

Países	Participação percentual										
	Nas exportações brasileiras					Nas importações dos países (MarketShare)					
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2003	2004	2005	2006	2007
América do Sul	13,9	16,2	17,9	19,4	19,8	19,3	14,1	15,5	16,0	15,7	14,9
Argentina	6,2	7,6	8,4	8,5	9,0	8,9	34,2	34,1	35,8	34,7	32,7
Bolívia	0,5	0,6	0,5	0,5	0,5	0,6	20,5	25,7	21,9	20,4	20,6
Chile	2,6	2,6	3,1	2,8	2,7	2,4	11,7	12,4	12,5	12,2	10,5
Colômbia	1,0	1,1	1,2	1,6	1,5	1,2	5,5	5,8	6,5	7,2	7,2
Equador	0,5	0,5	0,5	0,6	0,4	0,4	6,1	6,5	7,1	7,6	5,6
Paraguai**	1,0	0,9	0,8	0,9	1,0	1,3	29,5	27,8	25,3	19,4	24,0
Peru	0,7	0,7	0,8	1,1	1,0	1,2	6,5	6,9	8,4	10,4	9,2
Uruguai	0,6	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8	21,3	21,7	21,7	22,6	23,4
Venezuela	0,8	1,5	1,9	2,6	2,9	2,6	6,7	8,4	9,1	9,7	9,5
México	3,8	4,1	3,4	3,2	2,7	2,2	1,9	2,1	2,2	2,0	1,8

Nota: Dados de importação dos países da América do Sul e México não disponíveis para o ano de 2008
 Fonte: Elaborado pela Negint/CNI a partir das informações do MDIC e ALADI

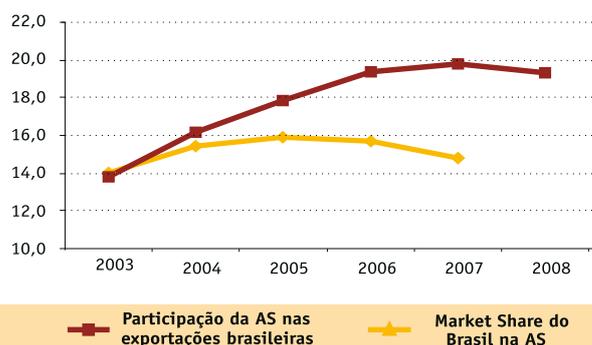
para a Bolívia, mas nas demais economias da região os produtos brasileiros têm participação pequena no total das importações. O market-share brasileiro é incompatível com as diferenças relativas de tamanho entre o Brasil e essas economias, a proximidade geográfica e a diversificação da pauta de exportações brasileiras.

Mas mais preocupante é que desde 2005 a participação brasileira nas compras externas da região vem caindo. Essa queda se deve, em grande medida, às perdas observadas de market-share na Argentina e tem como origem a maior competição com produtos chineses que os produtores brasileiros estão enfrentando nesse país. A participação chinesa nas importações argentinas aumentou de cerca de 4% em 2004 para 12,3% em setembro de 2008. Já o market-share brasileiro atingiu o auge em 2005 (35,8%) e caiu para 31% no terceiro trimestre do ano passado.

REGIÃO É IMPORTANTE PARA MANUFATURADOS Apesar da perda de participação da América do Sul no total das exportações do Brasil, a região continua ganhando importância como destino das vendas externas de manufaturados brasileiros. Desde 2003, a participação dos países sul-americanos nas exportações totais de produtos manufaturados do Brasil manteve trajetória de alta, saindo de 22,3% naquele ano até

chegar a 35% em 2008. Portanto, o desaquecimento da demanda nesses países em função dos impactos da crise financeira internacional afetará de forma importante as indústrias brasileiras. A crescente concorrência com produtos industrializados chineses nos mercados da região também é motivo de preocupação.

O Brasil na América do Sul



Fonte: Elaborado pela CNI a partir das informações do MDIC e ALADI

Declarações políticas dominam reuniões de chefes de Estado na Bahia

Os encontros de 33 chefes de Estado na Costa do Sauipe, Bahia, de dezembro de 2008, foram marcados por declarações políticas. A iniciativa de reunir chefes de Estado da América Latina e do Caribe foi impulsionada pelo Brasil, que já vinha trabalhando para ampliar o diálogo político na região.

A primeira etapa na busca por ampliar esse diálogo foi a instituição de reuniões de Cúpula do MERCOSUL com seus associados – os países da Comunidade Andina de Nações (CAN) e o Chile. Esse foro tornou-se rotineiro, acompanhando as Cúpulas do MERCOSUL e promovendo amplo intercâmbio entre funcionários de governo. Para os presidentes, essas reuniões têm sido uma oportunidade para manifestações políticas, propiciando, também, entendimentos bilaterais para o encaminhamento de questões econômicas e comerciais de interesse específico dos países.

Um segundo passo foi a assinatura, em maio de 2008, do Tratado Constitutivo da União Sul-Americana de Nações (UNASUL) incorporando, além dos países do MERCOSUL e da CAN, o Suriname e a Guiana. Após quase quatro anos de debates e reflexões sobre seus objetivos fundamentais, a UNASUL oferece um espaço de natureza política, sem abordar temas comerciais.

Por fim, a I Cúpula da América Latina e do Caribe para Integração e Desenvolvimento (CALC) amplia o canal de diálogo do MERCOSUL na região, ao incorporar a América Central, o Caribe e o México. Sem que tivesse sua agenda divulgada, o encontro parece ter tido como motivação o aprofundamento do diálogo latino-americano sem a interferência dos países do “Norte”.

Os encontros propiciaram vasto debate sobre a atual crise financeira internacional, suas origens e seus impactos na região. Manifestações contra o bloqueio norte-americano a Cuba e a suspensão das preferências tarifárias dos EUA à Bolívia, em resposta à suspensão do acordo de combate ao tráfico de drogas, esconderam as dificuldades existentes entre os próprios países participantes para avançar nas questões intrarregionais. Essas dificuldades envolvem desde compromissos financeiros do Equador com o Brasil e divergências entre o Brasil e o Pa-

raguai sobre Itaipu até a antiga disputa entre Colômbia e Venezuela sobre o controle do narcotráfico e da guerrilha.

SUSPENSÃO DO BLOQUEIO Nesse ambiente, a Declaração Especial assinada pelos chefes de Estado solicitando a suspensão do bloqueio econômico e comercial mantido pelos EUA contra Cuba, vigente desde fevereiro de 1962, foi o principal anúncio da Cúpula da América Latina e do Caribe. As demais decisões incorporaram um elenco de intenções relacionadas à cooperação, à construção de uma estrutura financeira regional, cujas dificuldades de execução são evidentes neste momento, e à integração física e energética, entre outras.

CONSELHO DE DEFESA No caso da UNASUL, a criação do Conselho de Defesa, que vinha centralizando os esforços dos governos, foi o principal resultado. Dar prioridade à cooperação parece ter sido a fórmula de bom senso para esse organismo, cuja importância e utilidade devem ser demonstradas no futuro.

Quanto ao MERCOSUL, diversas manifestações do chanceler Celso Amorim já na Bahia evidenciavam sua frustração sobre os resultados da Reunião de Cúpula que encerraria a presidência *pro tempore* do Brasil. A criação do Fundo de Garantias para Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) e a assinatura do Acordo Preferencial entre o MERCOSUL e a União Aduaneira da África Austral (SACU) podem ser identificadas como os principais resultados obtidos pelo bloco.

Em junho de 2008, a Decisão 13/08 havia criado o Fundo de Apoio a Pequenas e Médias Empresas para dar suporte a empresas envolvidas em projetos de integração, inserido em um conjunto de iniciativas que vem sendo estudado desde 2007. Nessa oportunidade, ficou definido que a primeira etapa desse projeto seria a criação de um sistema de garantias.

FUNDO DE GARANTIAS A Decisão 41/08, de dezembro de 2008, criou o Fundo de Garantias para as MPMEs com US\$ 100 milhões integrados por recursos brasileiros (70%), argentinos (27%), paraguaios (1%) e uruguaios (2%). O Estatuto do Fundo define as operações passíveis de cobertura e exige que as empresas sejam consideradas micro, pequenas e médias de acordo com

Mercosul/Unasul

a normativa do MERCOSUL e que possam comprovar participação em atividades de integração produtiva. A garantia ou a refiança não poderão ser superiores a 80% do valor do empréstimo ou da garantia inicial.

ACORDO COMERCIAL O Acordo de Comércio Preferencial entre MERCOSUL e SACU foi aprovado pela Decisão 54/08, também de dezembro. Embora o texto do Acordo e seus anexos de produtos beneficiados não estejam (no fechamento deste informe) disponíveis nas páginas oficiais do MERCOSUL e do governo brasileiro, sabe-se que foram realizadas 12 rodadas negociadoras encerradas na Cúpula de Tucumán em junho, na Argentina.

O pacote inicial negociado para o acordo, em 2004, envolvia cerca de 1.900 produtos com preferências de 10%, 25%, 50% e 100%. Em 2006, as negociações foram retomadas, incorporando produtos do setor automotivo, têxteis, frutas, sucos, doces em calda e pesca.

TRÊS ASSUNTOS PENDENTES Na lista dos acordos não alcançados na Reunião de Cúpula, e que representavam as principais expectativas de avanço do MERCOSUL na presidência pro tempore do Brasil, constam a aprovação do Código Aduaneiro do MERCOSUL (CAM), a eliminação da dupla cobrança da TEC no comércio regional e a conclusão dos trabalhos sobre distribuição da renda aduaneira.

Principais decisões aprovadas pelos chefes de Estado

MERCOSUL	Fundo MERCOSUL de Garantias para Micro, Pequenas e Médias Empresas – a Decisão 41/08 cria o Fundo com dotação de US\$ 100 milhões, dos quais o Brasil contribuirá com 70%; a Decisão 42/08 define o Estatuto do Fundo; e a 43/08 constitui a Comissão Assessora para sua implementação.
	Acordo de Comércio Preferencial entre MERCOSUL e SACU – a Decisão 54/08 aprova o texto do Acordo de Comércio Preferencial entre os dois blocos. Esse Acordo vem sendo negociado desde 2003. O primeiro pacote de 2004 incluía cerca de 1.900 produtos com margens de preferências de 10%, 25%, 50% e 100%. Até o fechamento deste boletim, as listas não foram divulgadas. A Decisão 55/08 aprova regime de certificação de origem de mercadorias de SACU armazenadas em depósitos aduaneiros do MERCOSUL.
	Serviços – a Decisão 49/08 definiu Plano de Ação para Aprofundamento do Programa de Liberalização do Comércio de Serviços no Âmbito do MERCOSUL. Para o cumprimento do Protocolo de Montevidéu, esse Plano define prazos e tarefas para o primeiro semestre de 2009, 2010, 2012 e 2014.
	Secretaria do MERCOSUL – a Decisão 56/08 decide iniciar o exame de reestruturação da Secretaria e definir estrutura, funcionamento e competências tanto da Secretaria quanto da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM).
	Prorrogação de prazos – a Decisão 57/08 prorroga de 2008 até o segundo semestre de 2010 a apreciação pelo GMC de proposta da CMC sobre Regimes Especiais Comuns de Importação nos setores aeronáutico, de educação, saúde, naval e bens de comércio transfronteiriço. Essa mesma Decisão transfere para 31 de dezembro de 2010 o compromisso de definir tratamento a ser dado aos regimes unilaterais de importação adotados pelos países. A Decisão 58/08 prorroga até 1º de janeiro de 2011 a adoção de nova TEC para BK e BIT e a entrada em vigor do Regime Comum para Bens de Capital não produzidos no bloco.
UNASUL	Defesa – os chefes de Estado da UNASUL criam o Conselho de Defesa Sul-Americano com o objetivo de consolidar a América do Sul como zona de paz, construir identidade sul-americana em matéria de defesa e gerar consensos para fortalecer a cooperação regional.
	Saúde – os chefes de Estado criam o Conselho de Saúde Sul-Americano com objetivos gerais de consolidar a América do Sul como espaço integrado em Saúde, incorporando e integrando os esforços e realizações sub-regionais do MERCOSUL, ORAS, CONHU e OTCA.
CALC	Cuba – Declaração Especial dos chefes de Estado pede ao Governo dos Estados Unidos da América o fim do bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto pelo Governo dos Estados Unidos da América contra Cuba, incluindo a aplicação da chamada lei Helms-Burton.
	Cooperação – os presidentes decidem intensificar diálogo entre mecanismos regionais e sub-regionais de integração na América Latina e Caribe e estabelecer agenda de temas prioritários para essa cooperação.
	Crise financeira internacional – construir uma posição comum sobre a crise financeira internacional e participar da Conferência da ONU, em setembro de 2009, e encomendar aos ministros de economia da região a elaboração de uma estratégia com vistas à construção progressiva de uma arquitetura financeira regional e sub-regional considerando, entre outras questões, experiências de sistema multilateral de pagamentos, incluindo pagamentos em moedas nacionais, avaliação de experiências de moeda comum, mecanismos regionais de estabilização de balanço de pagamentos e fundos financeiros para apoiar projetos de integração.
	Energia – promover cooperação regional e integração da infraestrutura energética, incluindo, entre outros temas, o intercâmbio de experiências na área de biocombustíveis.
	Infraestrutura física – ampliar a cooperação e o intercâmbio na área de infraestrutura, e desenvolver agenda de trabalho para identificar e superar dificuldades normativas e regulatórias na área (políticas públicas).
Desenvolvimento sustentável – estimular o intercâmbio de boas práticas de desenvolvimento sustentável, impulsionar cooperações, fortalecer a Iniciativa Latino-Americana para o Desenvolvimento Sustentável (ILAC) e impulsionar iniciativas com a finalidade de converter os países da região em exportadores de serviços ambientais.	

A eliminação da dupla cobrança da TEC intrazona e a real implantação da união aduaneira no bloco exigiam, em síntese, a identificação de produtos que cumprissem a política tarifária comum, a harmonização de conceitos aduaneiros para compor o Código Aduaneiro e a interconexão dos sistemas informáticos de administração aduaneira. Esses três eixos de trabalho vêm merecendo importantes esforços dos governos nesses últimos anos, sendo que a interconexão foi o que mais avançou.

Em maio de 2008, o projeto do Código deveria ter sido avaliado pelo Grupo Mercado Comum (GMC) que o encaminharia para apreciação do Conselho do Mercado Comum (CMC) na

sua primeira reunião ordinária desse ano. O caráter reservado dos documentos que respaldam essas negociações dificulta a identificação dos problemas envolvidos. A definição do território aduaneiro para a aplicação do Código, o tratamento de áreas aduaneiras especiais e o tema dos impostos sobre a exportação têm sido os principais desafios enfrentados pelos governos, sem acordo no nível político do bloco.

A Declaração dos presidentes registra o entendimento entre os países para a realização de reunião extraordinária do CMC para tratar exclusivamente desses temas, ainda no primeiro trimestre de 2009.

● lembretes

No dia 24 de dezembro de 2008, a Secretaria de Economia do México publicou Decreto no Diário Oficial do país sobre uma ambiciosa reforma tarifária. A eliminação ou redução de tarifas promovida atinge cerca de 70% dos 12.119 itens que incorporam o universo tarifário mexicano.

O programa de redução de tarifas será implementado em diversas etapas, entre janeiro de 2009 e janeiro de 2013, quando as médias tarifárias de produtos industriais terão caído dos atuais 10,4% para 4,3%. É um retorno à estratégia anterior adotada pelo México, antes das negociações de acordos de livre comércio dos anos noventa.

A Coalizão Empresarial Brasileira, coordenada pela CNI, está avaliando o impacto dessa reforma sobre as negociações entre o Brasil e o México.

México implementa ampla reforma tarifária ●

● MERCOSUL prepara lista de pedidos de preferências tarifárias para Marrocos

O governo brasileiro iniciou processo de consulta ao setor privado sobre negociações a serem realizadas entre o Mercosul e o Reino do Marrocos (veja Circular do MDIC nº 86, de 8 de dezembro de 2008).

Em novembro de 2004, foi assinado no Brasil um Acordo-Quadro Mercosul-Marrocos e, ainda no primeiro semestre de 2005, foram feitos esforços para a elaboração de listas de produtos de interesse em preferências tarifárias. A Coalizão Empresarial Brasileira (CEB), coordenada pela CNI, participou desses trabalhos que, todavia, não foram adiante.

Há entendimento entre as partes sobre a realização de rodada negociadora no primeiro semestre de 2009. A CEB está estudando a tarifa aduaneira do Marrocos que está em processo de reforma. Segundo a Lei de Finanças nº 40-08, publicada no Diário Oficial desse país, as alíquotas de importação para produtos industriais dos capítulos 25 ao 97 serão reduzidas em quatro anos após implementação do acordo. Respeitando esse cronograma, o Marrocos deverá apresentar, em 2012, alíquotas de 2,5% para uma série de produtos que atualmente apresentam tarifas de até 10% a 21,9%. Produtos cujas alíquotas atuais são de 25%, 32,5% e 40% teriam suas tarifas reduzidas para 10%, 17,5% e 25%, respectivamente.